



VI Prêmio IESS de Produção Científica em Saúde Suplementar



Categoria Direito

Luiz Felipe Conde



2º Colocado: Trabalho letra I

Os limites legais para a indisponibilidade de bens dos sócios e administradores de operadoras de planos de saúde

O trabalho tem foco no art. 24-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, fazendo uma análise da indisponibilidade de bens no ordenamento jurídico brasileiro e comparando o instituto com o da Lei de Improbidade administrativa, de falências, das instituições financeiras, concluindo com proposta de revisão legal fundamentada em aspectos de tempo e extensão da responsabilidade.



1º Colocado: Trabalho letra K

O modelo de pós-pagamento nos contratos de plano de saúde e a viabilização do direito de extensão do benefício pós-emprego

A dissertação provoca uma reflexão sobre o direito do ex-empregador na manutenção do plano coletivo empresarial após seu desligamento da empresa (*apartheid social*), fazendo uma comparação com a legislação norte-americana.

O Autor realiza profundo estudo sobre a natureza dos contratos de planos de saúde e seus efeitos mutantes no decorrer da relação jurídica entre o estipulante e a operadora de planos, analisando o papel da atividade jurisdicional e o método hermenêutico usado pelos magistrados para solução dos litígios.



O trabalho destacou a divergência jurisprudencial acerca da apuração do pagamento integral da mensalidade do plano, a ser assumido pelo ex-empregado nos contratos pós-pagamento, apontando viés consumerista e flexibilização dos requisitos de elegibilidade deste direito, resultando em desequilíbrio econômico no contrato do estipulante e prejuízo dos empregados ativos.

A conclusão aponta para urgente observância pelo Poder Judiciários dos pilares dos contratos de planos de saúde - boa-fé e mutualismo, a fim de evitar o colapso ou a ruína da saúde suplementar, prejudicando não somente os consumidores como também as empresas.